

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.564.004 - RJ (2019/0239666-9)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
EMBARGANTE : CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO COMERCIAL PREMIUM OFFICES
ADVOGADO : MARCO ANTONIO DE CASTRO RAMOS - RJ177748
EMBARGADO : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADOS : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852
LEONARDO BRUNO BRIZZANTE CUPELLO - RJ100439
CAIO CÉSAR FIGUEIREDO OLIVEIRA - RJ171539
KEISY SHERON PINTO SILVA DE SOUZA - RJ181523
BRUNA LOPES DA SILVA - RJ184232

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO COMERCIAL PREMIUM OFFICES contra decisão que declinou da competência, determinando a redistribuição do feito a uma das Turmas integrantes da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça.

A embargante aduz, em síntese, que há erro material na decisão, haja vista que consta da decisão que “*a matéria delimitada no presente recurso versa sobre a legalidade da cobrança da tarifa de esgoto sanitário*” (fl. 575 e-STJ).

Na verdade, o que se discute é a cobrança da tarifa mínima multiplicada pelo número de economias.

Devidamente intimada, a parte embargada ofereceu impugnação (fl. 579/588, e-STJ).

É o relatório.

DECIDO

Os presentes embargos merecem prosperar, porém, sem efeitos modificativos.

De fato, a matéria devolvida à esta Corte trata da legalidade da cobrança da tarifa mínima multiplicada pelo número de unidades condominiais. Contudo, isso não altera a natureza jurídica da demanda, que é de direito público, cujo julgamento cabe à Primeira Seção.

Nesse contexto, acolhem-se os embargos para sanar erro material, sem, contudo, alterar a determinação de remessa dos autos à Coordenadoria de Classificação de Processos Recursais para a redistribuição do feito a uma das Turmas integrantes da Primeira Seção.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator